



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



RECURSOS

PE 10/2023- CBMPA – Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de salvamento em meio líquido: luva, capacete, óculos para moto aquática, bandeira de guarda-vidas, moto aquática e quadriciclo.

**EMPRESA: TECMOTORS COMÉRCIO DE PEÇAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
LTDA.**

ITEM 05 - MOTO AQUÁTICA (JET SKI)



Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Temos interesse no recurso nos termos da Lei 8666/93 e item 11 do Edital. A empresa declarada vencedora apresenta inconformidades com o que se pede na Lei e no Edital referente aos itens 9.14, 9.16, item 9.17 e no que diz ao item 8.5.4.1 do referido Edital Pregão nº 102023 (SRP).

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Lages - SC, 29 de fevereiro de 2024.

À,
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - SRP - CBMPA
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM MEIO LÍQUIDO:
LUVAS, CAPACETE, ÓCULOS PARA MOTO AQUÁTICA, BANDEIRA DE GUARDA-VIDAS, MOTO AQUÁTICA E
QUADRICICLO.

TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, localizado Rua Hercílio Granzotto, 408ª
SALA 2 – Bairro Conta Dinheiro - Lages – Santa Catarina – CEP 88520-200 CNPJ com o nº 15.049.998/0001-96,
Inscrição Estadual de nº 256639434, vem mui respeitosamente apresentar RECURSO contra a decisão que habilitou
a empresa A CASA LICITA LTDA, CNPJ 23.959.105/0001-78 no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - SRP - CBMPA
DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ.

I – DA TEMPESTIVIDADE.

I.1 O presente Recurso é tempestivo, tendo em vista que a declaração de vencedora da empresa A CASA LICITA
LTDA, CNPJ 23.959.105/0001-78 ocorreu no dia 26/fevereiro/2024, sendo registrada a intenção em recorrer da
TECMOTORS COMÉRCIO DE PEÇAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA na mesma data e abriu prazo para
interposição de recurso conforme lei vigente e comunicação via chat por parte do S.r. Pregoeiro com prazo final no
dia 29/fevereiro/2024.

I.2 Para a contagem de prazo conforme item 11.2.3 do edital dá-se 3 (três) dias uteis após a manifestação de
intenção de recurso para protocolar via sistema eletrônico, sendo o prazo encerrado no dia 29 de fevereiro de 2024
às 23:59hr.

II – RAZÕES DO RECURSO

Preliminarmente é mister apontar alguns elementos que evidenciam a desobediência ao rito estabelecido no Edital,
pela empresa A CASA LICITA LTDA, CNPJ 23.959.105/0001-78. Além de graves inconsistências na aceitação dos
documentos ora apresentados.

III – DAS DIVERGENCIAS CONSTANTES NA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA A CASA LICITA LTDA, CNPJ 23.959.105/0001-78:

A empresa apresentou documentação e declarações nas quais evidenciam possíveis fraudes a legislação nos quais
estão regidos pelos ritos Editalícios e a Legislação do Código Civil. Iremos apontar algumas irregularidades nas
quais merecem atenção da doughty equipe de licitações.

III.1 – A empresa se declarou ME (MICROEMPRESA) e forneceu documentos nas quais consta sua condição de
Micro Empresa e não observou a Legislação pertinente ao DESENQUADRAMENTO. Verificando o seu Balanço do ano
de 2022 deparamos com o faturamento de R\$ 1.304.400,73 e o teto de faturamento anual para Microempresa é de
R\$ 360.000,00. Portanto a empresa para tal NÃO CUMPRIU E INFRINGIU A LEI. A empresa está estabelecida no
Estado do Paraná, no qual existe Lei e Decreto conforme abaixo.

No âmbito do Estado do Paraná, a matéria é regulamentada pela Lei Complementar nº 163/2013 e pelo Decreto
Estadual nº 2.474/2015, contendo, basicamente, a seguinte previsão:

Art. 12. O LICITANTE É RESPONSÁVEL POR SOLICITAR SEU DESENQUADRAMENTO DA CONDIÇÃO DE
MICROEMPRESA ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual quando houver ultrapassado o limite
de faturamento estabelecido no art. 3.º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, no ano fiscal anterior, ou
por outra razão perder a condição de beneficiário do tratamento diferenciado, sob pena de ser declarado inidôneo
para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções caso usufrua ou tente
usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto. (grifo nosso)

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná – PGE/PR se manifestou acerca do tema por meio do Parecer nº 28/2017
– PGE, se posicionando no sentido de que:

“Assim, o enquadramento e o DESENQUADRAMENTO da empresa é um ato DECLARATÓRIO DA PRÓPRIA EMPRESA,
INDEPENDENTE DE PROCEDIMENTOS BUROCRÁTICOS COMPLEXOS.

Ao tempo que é um ato de diminuta formalidade, vemos que é obrigação da empresa fazer a declaração quando
não reunir os requisitos de microempresa e empresa de pequeno porte. Participar de licitação utilizando os
benefícios sem os condicionantes constitui-se em FRAUDE, tipificada no art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993, o que

pode levar o licitante a ser declarado inidôneo, de acordo com o art. 156 da Lei Estadual nº 15.608, de 2007.” (grifo nosso)

Também há manifestação do Tribunal de Contas da União sobre esse tema:

O Tribunal de Contas da União já decidiu sobre a matéria, estando a mesma pacificada no âmbito das Cortes de Contas, cita-se o Acórdão nº 970/2011 – Plenário, Relatoria do Ministro Augusto Sherman, paradigma:

“Enunciado

Constitui fraude à licitação a participação de empresa na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem apresentar essa qualificação, em razão de faturamento superior ao limite legal estabelecido, situação que enseja a declaração de inidoneidade da pessoa jurídica envolvida. A perda da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, por ser ato declaratório, é de responsabilidade da sociedade empresarial.

(...)

Ressalte-se que a informação da perda da condição de ME ou EPP, por ser ato declaratório, é de responsabilidade da empresa [omissis] que, por não tê-la prestado e por ter auferido indevidamente os benefícios da LC 123/2006, ação que caracteriza fraude à licitação, deve ser declarada inidônea para participar de licitações na administração pública federal.”

Ainda, no âmbito do Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 745/2014 – Plenário, Relatoria Ministro Marcos Bemquerer Costa, decidiu-se que o momento do desenquadramento deve ser pautado pelo excesso ou não dos 20% de faturamento, vejamos:

“Independentemente da periodicidade da escrituração contábil, a empresa pretendente a usufruir do regime favorecido de participação nas licitações de que trata a Lei Complementar n. 123/2006 tem o ônus de manter o controle constante do seu faturamento e atualizar com fidedignidade seus dados constantes em sistemas informatizados da administração pública.

Dizer que a escrituração do balanço, de periodicidade anual, seria o marco para a constatação do excesso de receita e da perda da condição de empresa de pequeno porte significaria tornar letra morta o § 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que impõe o desenquadramento da empresa no mês seguinte àquele em que houver excesso de faturamento, e também ao § 9ºA, que condiciona a prorrogação da perda da condição de ME ou EPP para o ano-calendário posterior apenas na hipótese de o excesso de receita bruta situar-se na faixa de 20%.”

Continuando:

O TCU se pronunciou acerca da apresentação da falsa declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte em licitações através do Acórdão 61/2019 Plenário (Denúncia, Relator Ministro Bruno Dantas), como segue:

“A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda como cooperativa (art. 34 da Lei 11.488/2007), amparada por declaração com conteúdo falso de enquadramento nas condições da LC 123/2006, configura fraude à licitação e enseja a aplicação da penalidade do art. 46 da Lei 8.443/1992, NÃO SENDO NECESSÁRIO, PARA A CONFIGURAÇÃO DO ILÍCITO, QUE A AUTORA DA FRAUDE OBTENHA A VANTAGEM ESPERADA.” (grifo nosso)

Vejamos o que fala, a Lei que instituiu o Estatuto Nacional de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte:

A Lei Complementar nº 123/2006 institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Destaca-se o contido no caput do artigo 3º e nos respectivos incisos II, § 3º, § 9º e § 9º-A. Veja-se:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). §3º O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

A empresa em seus documentos anexados, tais como SICAF atualizado, inscrição na Receita Federal (cartão CNPJ), certidão simplificada, inclusive em sua última alteração do Contrato Social consolidado na data de 01 de fevereiro de 2023 se declara como Micro Empresa, portanto em sua totalidade de declarações ela incide sobre as fraudes elencadas acima.

Outro ponto a salientar, é que é possível que a empresa esteja negligenciando o recolhimento dos impostos devidos em âmbito Municipal, Estadual e Federal por não realizar o seu desenquadramento. A percepção dessa negligência caberá uma diligência apurada nos órgãos fiscais, tanto Municipais, Estaduais e Federais.

Diante desses fatos acima elencados, é necessário que o Gestor Público promova a desclassificação da empresa e encaminhe as autoridades competentes para realização de diligências e comprovação dos fatos. Do contrario o Gestor Público estará afrontando o Código Penal – Decreto-Leiº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Art.319.

Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

III.2 – Outro ponto no qual não está de acordo com os ditames editalícios, é a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica no qual no item 9.17.2.1 do edital, exige o quantitativo MINIMO de 20%, sendo a quantidade total a ser adquirida de 18 equipamentos o MINIMO a ser apresentado, deverá ser comprovado o fornecimento de 4 moto aquáticas. Sendo que o documento anexado faz menção somente a 3 moto aquáticas.

III.3 – Seguindo a mesma toada, utilizando de diligencias informal, a certidão negativa de Falência Concordata e Recuperação Judicial apresentada do 1º ofício distribuidor, com data de emissão no dia 15 de dezembro de 2023 no horário de 14:36:30, conforme assinatura digital e código de autenticidade nº 906E5A13, apresenta como nome pesquisado JEFERSON ADRIANO DA SILVA e não A CASA LICITA, divergindo em outras diligencias de empresas estabelecidas na cidade de Curitiba/PR, nas quais o número informado coincide com o nome da empresa pesquisada. Diante do exposto, solicitamos ao senhor pregoeiro diligencia formal com o número de certificação da certidão anexada ao processo de forma oficial, verificação de autenticidade de tal documento. Sendo que havendo qualquer irregularidade seja tomada as medidas jurídicas cabíveis.

IV – DO PEDIDO

Os fatos acima elencados, contribuem para pelo melhor andamento do processo licitatório com imparcialidade. As divergências apontadas merecem uma apuração mais minuciosa nas quais irá contribuir muito para futuros processos licitatórios. A douta equipe de licitação tem por obrigação solicitar diligências e esclarecimentos a empresa recorrida, para que se posicione sobre os fatos apresentados.

A empresa recorrente solicita a desclassificação da empresa A CASA LICITA LTDA. E que seja encaminhado para as autoridades competentes. E que continue dando seguimento convocando a próxima empresa para apresentação de sua proposta.

Sem mais para o momento, pedimos deferimento.

Gustavo Souza Gugelmin
Sócio Proprietário
037.348.009-19

Fechar



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

DECISÃO RECURSO

Nº 002/2024

Referência: Pregão Eletrônico nº 010/2023 – CBMPA.

PAE nº: 2023/463968.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de salvamento em meio líquido: luva, capacete, óculos para moto aquática, bandeira de guarda-vidas, moto aquática e quadriciclo.

Empresa Solicitante: Tecmotors comércio de peças importação e exportação LTDA.

Pregoeiro(a): Sandro da Costa Tavares – MAJ QOBM.

Data do Certame: 15 de janeiro de 2024, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

3.1 Conforme consta em ATA da sessão pública:

Motivo/intenção: Temos interesse no recurso nos termos da Lei 8666/93 e item 11 do Edital. A empresa declarada vencedora apresenta inconformidades com o que se pede na Lei e no Edital referente aos itens 9.14, 9.16, item 9.17 e no que diz ao item 8.5.4.1 do referido Edital Pregão nº 102023 (SRP).

4. DAS RAZÕES DO RECURSO





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A Recorrente, Tecmotors Comércio de peças importação e exportação LTDA, apresentou as suas razões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

5. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(...) III.1 – A empresa se declarou ME (MICROEMPRESA) e forneceu documentos nas quais consta sua condição de Micro Empresa e não observou a Legislação pertinente ao DESENQUADRAMENTO. Verificando o seu Balanço do ano de 2022 deparamos com o faturamento de R\$ 1.304.400,73 e o teto de faturamento anual para Microempresa é de R\$ 360.000,00. Portanto a empresa para tal NÃO CUMPRIU E INFRINGIU A LEI (...)

III.2 – Outro ponto no qual não está de acordo com os ditames editalícios, é a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica no qual no item 9.17.2.1 do edital, exige o quantitativo MINIMO de 20%, sendo a quantidade total a ser adquirida de 18 equipamentos o MINIMO a ser apresentado, deverá ser comprovado o fornecimento de 4moto aquáticas. Sendo que o documento anexado faz menção somente a 3 moto aquáticas.

III.3 – Seguindo a mesma toada, utilizando de diligencias informal, a certidão negativa de Falência Concordata e Recuperação Judicial apresentada do 1º ofício distribuidor, com data de emissão no dia 15 de dezembro de 2023 no horário de 14:36:30, conforme assinatura digital e código de autenticidade nº 906E5A13, apresenta como nome pesquisado JEFERSON ADRIANO DA SILVA e não A CASA LICITA, divergindo em outras diligencias de empresas estabelecidas na cidade de Curitiba/PR, nas quais o número informado coincide com o nome da empresa pesquisada. Diante do exposto, solicitamos ao senhor pregoeiro diligencia formal com o número de certificação da certidão anexada ao processo de forma oficial, verificação de autenticidade de tal documento. Sendo que havendo qualquer irregularidade seja tomada as medidas jurídicas cabíveis.

IV – DO PEDIDO Os fatos acima elencados, contribuem para pelo melhor andamento do processo licitatório com imparcialidade. As divergências apontadas merecem uma apuração mais minuciosa nas quais irá contribuir muito para futuros processos licitatórios. A douta equipe de licitação tem por obrigação solicitar diligências e esclarecimentos a empresa recorrida, para que se posicione sobre os fatos apresentados. A empresa recorrente solicita a desclassificação da empresa A CASA LICITA LTDA. E que seja encaminhado para as autoridades competentes. E que continue dando seguimento convocando a próxima empresa para apresentação de sua proposta. Sem mais para o momento, pedimos deferimento.

6. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, A Casa Licita LTDA, não apresentou as suas contrarrazões via sistema.

7. DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, edital e seus anexos, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente, a qual busca em suas razões requerer a desclassificação da empresa A CASA LICITA LTDA, temos a





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

expor que para elucidação do fatos, no s debruçaremos sobre as principais alegações da recorrente, as quais seguem, e, síntese:

(...) III.1 – A empresa se declarou ME (MICROEMPRESA) e forneceu documentos nas quais consta sua condição de Micro Empresa e não observou a Legislação pertinente ao DESENQUADRAMENTO. Verificando o seu Balanço do ano de 2022 deparamos com o faturamento de R\$ 1.304.400,73 e o teto de faturamento anual para Microempresa é de R\$ 360.000,00. Portanto a empresa para tal NÃO CUMPRIU E INFRINGIU A LEI(...)

Inicialmente cabe destacar que, foi realizada diligência baseada no Acórdão 1211/2021-Plenário, TC 018.651/2020-8, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, 26.5.2021:

“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).”

Solicitando através de e-mail junto a empresa recorrida PGDAS-D para análise das receitas brutas em Dezembro/2022 e Dezembro/2023 e após diligência foi verificado que o desenquadramento de ME para EPP deveria ter sido feito anterior a data abertura da sessão, o que não ocorreu conforme declaração de reenquadramento de microempresa como empresa de pequeno porte datada de 1 de março de 2024, período este posterior a 15 de janeiro de 2023, data de abertura da sessão.

Seguindo as alegações da recorrente:

III.2 – Outro ponto no qual não está de acordo com os ditames editalícios, é a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica no qual no item 9.17.2.1 do edital, exige o quantitativo MINIMO de 20%, sendo a quantidade total a ser adquirida de 18 equipamentos o MINIMO a ser apresentado, deverá ser comprovado o fornecimento de 4 moto aquáticas. Sendo que o documento anexado faz menção somente a 3 moto aquáticas.

Quanto a aceitação do atestado de capacidade técnica da Recorrida, pelo quantitativo mínimo de 20% do total de 18 ter resultado em um número fracionário, este pregoeiro tomou por base que se o quantitativo exigido fosse o número inteiro 4, resultaria num percentual acima do quantitativo exigido, tendo sido aceita a quantidade de 3 moto





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

aquáticas. Mesmo Raciocínio utilizado para o item 6 (quadriciclo), onde o mesmo cálculo de 20% num total de 17 resultaria em número fracionário e a quantidade aceita também seria de 3 quadriciclos.

E ainda, quanto as alegações da Recorrente:

III.3 – Seguindo a mesma toada, utilizando de diligencias informal, a certidão negativa de Falência Concordata e Recuperação Judicial apresentada do 1º ofício distribuidor, com data de emissão no dia 15 de dezembro de 2023 no horário de 14:36:30, conforme assinatura digital e código de autenticidade nº 906E5A13, apresenta como nome pesquisado JEFERSON ADRIANO DA SILVA e não A CASA LICITA, divergindo em outras diligencias de empresas estabelecidas na cidade de Curitiba/PR, nas quais o número informado coincide com o nome da empresa pesquisada. Diante do exposto, solicitamos ao senhor pregoeiro diligencia formal com o número de certificação da certidão anexada ao processo de forma oficial, verificação de autenticidade de tal documento. Sendo que havendo qualquer irregularidade seja tomada as medidas jurídicas cabíveis.

Em diligência formal via e-mail para o endereço eletrônico 1distribuidorcuritiba@gmail.com do 1º Ofício do Distribuidor Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba acerca da Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial com número de autenticidade fornecido na certidão da recorrida, onde foi respondido que “O prazo para verificação da autenticidade foi estendido no site: http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/default/verifica_cert.php?codigo=906E5A13. Atenciosamente, Fernanda Gallassini (41)3027-5253”, e no momento da autenticação, a certidão emitida encontra-se em nome da Recorrida, conforme apresentado anteriormente na fase de habilitação, o que ressalta a legalidade dentro do certame.

8. CONCLUSÃO

8.1. Diante do exposto **CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL**, decidindo pela procedência parcial das razões apresentadas pela licitante **TECMOTORS COMÉRCIO DE PEÇAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ 15.049.998/0001-96, para o item 05 do Edital do Pregão Eletrônico já qualificado nos autos, decidindo por alterar a decisão que considerou habilitada a empresa **A CASA LICITA LTDA**, inscrita no CNPJ 23.959.105/0001-78, sob o fundamento de não atendimento ao item 9.15.1 do edital, quanto ao porte correto





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

da empresa e; para retorno do processo à fase de julgamento de propostas, a fim de convocar a próxima licitante melhor colocada no certame.

8.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

8.3. É a decisão.

Belém-Pará, 11 de março de 2024.

Sandro da Costa Tavares – MAJ QOBM
Pregoeiro do PE nº 10/2023 – SRP - CBMPA



Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

DECISÃO RECURSO

Nº 002/2024

Referência: Pregão Eletrônico nº 010/2023 – CBMPA.

PAE nº: 2023/463968.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de salvamento em meio líquido: luva, capacete, óculos para moto aquática, bandeira de guarda-vidas, moto aquática e quadriciclo.

Empresa Solicitante: Tecmotors comércio de peças importação e exportação LTDA.

Pregoeiro(a): Sandro da Costa Tavares – MAJ QOBM.

Data do Certame: 15 de janeiro de 2024, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

3.1 Conforme consta em ATA da sessão pública:

Motivo/intenção: Temos interesse no recurso nos termos da Lei 8666/93 e item 11 do Edital. A empresa declarada vencedora apresenta inconformidades com o que se pede na Lei e no Edital referente aos itens 9.14, 9.16, item 9.17 e no que diz ao item 8.5.4.1 do referido Edital Pregão nº 102023 (SRP).

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente, Tecmotors Comércio de peças importação e exportação LTDA, apresentou as suas razões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

5. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(...) III.1 – A empresa se declarou ME (MICROEMPRESA) e forneceu documentos nas quais consta sua condição de Micro Empresa e não observou a Legislação pertinente ao DESENQUADRAMENTO. Verificando o seu Balanço do ano de 2022 deparamos com o faturamento de R\$ 1.304.400,73 e o teto de faturamento anual para Microempresa é de R\$ 360.000,00. Portanto a empresa para tal NÃO CUMPRIU E INFRINGIU A LEI (...)

III.2 – Outro ponto no qual não está de acordo com os ditames editais, é a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica no qual no item 9.17.2.1 do edital, exige o quantitativo MINIMO de 20%, sendo a quantidade total a ser adquirida de 18 equipamentos o MINIMO a ser apresentado, deverá ser comprovado o fornecimento de 4moto aquáticas. Sendo que o documento anexado faz menção somente a 3 moto aquáticas.

III.3 – Seguindo a mesma toada, utilizando de diligências informal, a certidão negativa de Falência Concordata e Recuperação Judicial apresentada do 1º ofício distribuidor, com data de emissão no dia 15 de dezembro de 2023 no horário de 14:36:30, conforme assinatura digital e código de autenticidade nº 906E5A13, apresenta como nome pesquisado JEFERSON ADRIANO DA SILVA e não A CASA LICITA, divergindo em outras diligências de empresas estabelecidas na cidade de Curitiba/PR, nas quais o número informado coincide com o nome da empresa pesquisada. Diante do exposto, solicitamos ao senhor pregoeiro diligência formal com o número de certificação da certidão anexada ao processo de forma oficial, verificação de autenticidade de tal documento. Sendo que havendo qualquer irregularidade seja tomada as medidas jurídicas cabíveis.

IV – DO PEDIDO Os fatos acima elencados, contribuem para pelo melhor andamento do processo licitatório com imparcialidade. As divergências apontadas merecem uma apuração mais minuciosa nas quais irá contribuir muito para futuros processos licitatórios. A douta equipe de licitação tem por obrigação solicitar diligências e esclarecimentos a empresa recorrida, para que se posicione sobre os fatos apresentados. A empresa recorrente solicita a desclassificação da empresa A CASA LICITA LTDA. E que seja encaminhado para as autoridades competentes. E que continue dando seguimento convocando a próxima empresa para apresentação de sua proposta. Sem mais para o momento, pedimos deferimento.

6. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, A Casa Licita LTDA, não apresentou as suas contrarrazões via sistema.

7. DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, edital e seus anexos, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente, a qual busca em suas razões requerer a desclassificação da empresa A CASA LICITA LTDA, temos a expor que para elucidação do fatos, no s debruçaremos sobre as principais alegações da recorrente, as quais seguem, e, síntese:

(...) III.1 – A empresa se declarou ME (MICROEMPRESA) e forneceu documentos nas quais consta sua condição de Micro Empresa e não observou a Legislação pertinente ao DESENQUADRAMENTO. Verificando o seu Balanço do ano de 2022 deparamos com o faturamento de R\$ 1.304.400,73 e o teto de faturamento anual para Microempresa é de R\$ 360.000,00. Portanto a empresa para tal NÃO CUMPRIU E INFRINGIU A LEI(...)

Inicialmente cabe destacar que, foi realizada diligência baseada no Acórdão 1211/2021-Plenário, TC 018.651/2020-8, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, 26.5.2021:

“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).”

Solicitando através de e-mail junto a empresa recorrida PGDAS-D para análise das receitas brutas em Dezembro/2022 e Dezembro/2023 e após diligência foi verificado que o desenquadramento de ME para EPP deveria ter sido feito anterior a data abertura da sessão, o que não ocorreu conforme declaração de reenquadramento de microempresa como empresa de pequeno porte datada de 1 de março de 2024, período este posterior a 15 de janeiro de 2023, data de abertura da sessão.

Seguindo as alegações da recorrente:

III.2 – Outro ponto no qual não está de acordo com os ditames editais, é a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica no qual no item 9.17.2.1 do edital, exige o quantitativo MINIMO de 20%, sendo a quantidade total a ser adquirida de 18 equipamentos o MINIMO a ser apresentado, deverá ser comprovado o fornecimento de 4 moto

aquáticas. Sendo que o documento anexado faz menção somente a 3 moto aquáticas.

Quanto a aceitação do atestado de capacidade técnica da Recorrida, pelo quantitativo mínimo de 20% do total de 18 ter resultado em um número fracionário, este pregoeiro tomou por base que se o quantitativo exigido fosse o número inteiro 4, resultaria num percentual acima do quantitativo exigido, tendo sido aceita a quantidade de 3 moto aquáticas. Mesmo Raciocínio utilizado para o item 6 (quadriciclo), onde o mesmo cálculo de 20% num total de 17 resultaria em número fracionário e a quantidade aceita também seria de 3 quadriciclos.

E ainda, quanto as alegações da Recorrente:

III.3 - Seguindo a mesma toada, utilizando de diligências informal, a certidão negativa de Falência Concordata e Recuperação Judicial apresentada do 1º ofício distribuidor, com data de emissão no dia 15 de dezembro de 2023 no horário de 14:36:30, conforme assinatura digital e código de autenticidade nº 906E5A13, apresenta como nome pesquisado JEFERSON ADRIANO DA SILVA e não A CASA LICITA, divergindo em outras diligências de empresas estabelecidas na cidade de Curitiba/PR, nas quais o número informado coincide com o nome da empresa pesquisada. Diante do exposto, solicitamos ao senhor pregoeiro diligência formal com o número de certificação da certidão anexada ao processo de forma oficial, verificação de autenticidade de tal documento. Sendo que havendo qualquer irregularidade seja tomada as medidas jurídicas cabíveis.

Em diligência formal via e-mail para o endereço eletrônico 1distribuidorcuritiba@gmail.com do 1º Ofício do Distribuidor Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba acerca da Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial com número de autenticidade fornecido na certidão da recorrida, onde foi respondido que "O prazo para verificação da autenticidade foi estendido no site: http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/default/verifica_cert.php?codigo=906E5A13. Atenciosamente, Fernanda Gallassini (41)3027-5253", e no momento da autenticação, a certidão emitida encontra-se em nome da Recorrida, conforme apresentado anteriormente na fase de habilitação, o que ressalta a legalidade dentro do certame.

8. CONCLUSÃO

8.1. Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, decidindo pela procedência parcial das razões apresentadas pela licitante TECMOTORS COMÉRCIO DE PEÇAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 15.049.998/0001-96, para o item 05 do Edital do Edital do Pregão Eletrônico já qualificado nos autos, decidindo por alterar a decisão que considerou habilitada a empresa A CASA LICITA LTDA, inscrita no CNPJ 23.959.105/0001-78, sob o fundamento de não atendimento ao item 9.15.1 do edital, quanto ao porte correto da empresa e; para retorno do processo à fase de julgamento de propostas, a fim de convocar a próxima licitante melhor colocada no certame.

8.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

8.3. É a decisão.

Belém-Pará, 11 de março de 2024.

Sandro da Costa Tavares – MAJ QOBM

Pregoeiro do PE nº 10/2023 – SRP - CBMPA

Fechar



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



RECURSOS

PE 10/2023- CBMPA – Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de salvamento em meio líquido: luva, capacete, óculos para moto aquática, bandeira de guarda-vidas, moto aquática e quadriciclo.

EMPRESA: AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.

ITEM 06 - QUADRICICLO



Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Ilustríssimo Sr. Pregoeiro, venho por meio deste registrar intenção de recurso, pois verifica-se que o produto pela TECMOTORS ofertado no pregão eletrônico não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital. Além disso, a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solicita o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos.

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO
REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023 – CBMPA

A AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ: 10.627.815/0002-30, localizada na Rodovia PA 256, Nº 256, Nova Conquista, CEP: 68.627-451, por intermédio de seu representante legal neste ato representada por sua Sócia Administradora ANDRÉA RIBEIRO SYNDERSKI, brasileira, casada, empresária, nascida no dia 11/06/1981, carteira de Identidade n.º 2925522 2ªVIA Órgão Expedidor: PC/PA, CPF: 519.832.222-91, residente e domiciliada na Rodovia Augusto Montenegro, nº 4900, Condomínio Montenegro Boulevard, Casa 321, Bairro Parque Verde, na cidade de Belém, Estado do Pará, vem respeitosamente solicitar a desclassificação da empresa TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.

Verifica-se que o produto ofertado pela TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital. Além disso, a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solicita o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos.

Assim, constata-se a necessidade de desclassificação da arrematante TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, haja vista o descumprimento das exigências do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

Paragominas/PA, 26 de fevereiro de 2024

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Lages - SC, 01 de março de 2024.

À,
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - SRP - CBMPA
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM MEIO LÍQUIDO:
LUVA, CAPACETE, ÓCULOS PARA MOTO AQUÁTICA, BANDEIRA DE GUARDA-VIDAS, MOTO AQUÁTICA E
QUADRICICLO.

TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, localizado Rua Hercílio Granzotto, 408ª
SALA 2 - Bairro Conta Dinheiro - Lages - Santa Catarina - CEP 88520-200 CNPJ com o nº 15.049.998/0001-96,
Inscrição Estadual de nº 256639434, vem mui respeitosamente apresentar CONTRARRAZÃO do RECURSO
apresentado pela empresa AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ: 10.627.815/0002-30 no
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - SRP - CBMPA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ.

O recurso interposto pela licitante acima citado que contesta o correto resultado do Pregão Eletrônico de Número
010/2023 - SRP - CBMPA, PROTOCOLO - PAE 2023/463968.

A empresa AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA em sua participação não cumpriu os ditames mínimos
para sua classificação: No dia 15 de fevereiro de 2024 o pregoeiro no chat informou a data e hora da reabertura da
sessão para o dia 19 de fevereiro de 2024 as 14h. Por negligencia da empresa acima citada ela não estava presente
no especifico momento. O pregoeiro convocou a empresa RESGATECNICA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE
RESGATE LTDA as 15:18:06, a mesma não se manifestou. Após convocou a empresa AGROMAX EQUIPAMENTOS
AGRÍCOLAS LTDA as 15:45:26. A mesma não se manifestou. Sendo que o pregoeiro a convocou por mais três
vezes até o horário de 16h12min. Exaustivamente o Pregoeiro na sua precisa decisão enviou comunicação via chat
para a empresa conforme abaixo:

Para AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA - Conforme item 5.5 do edital "Incumbirá ao licitante
acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus
decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de
sua desconexão."

16h13min - "Neste momento a empresa AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, será desclassificada, por
não atender o chamamento para negociação".

Uma decisão precisa deste Douto Pregoeiro.

Mesmo diante de tantas convocações, a empresa AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA não se manifestou
em nenhum momento sobre qualquer problema ocorrido de conexão. Dando sequência a empresa TECMOTORS
COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA foi convocada na etapa fechada e manifestou seu lance.
No qual foi acolhido.

Cabe algumas considerações a respeito da manifestação da empresa AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA,
sobre a sua narrativa de problemas enfrentados no momento da sua convocação:

A - A empresa por mais simples ou menor que seja em seu porte não se atém a uma única versão de provedor
para participação de licitação pública. Por mais insistente que seja a narrativa, a partir do momento que se tem
conhecimento e ciência do horário e dia da reabertura do processo licitatório, há várias maneiras de se conseguir
conexão com o sistema, tais como: Via telefonia celular, via LAN house, via sistema de satélite, etc. Não cabe a
narrativa, pois na cidade de Belém, Capital do Estado, onde é a sede da empresa, tem vários provedores e não
apenas um único. A alegação de defeito por implantação do BRT é somente uma afirmação sem fundamento para
justificar a ineficiência do acompanhamento do pregão em tela. Há disponíveis na cidade de Belém alternativas nos
quais a empresa com certeza tem acesso, visto que o pregão se iniciou as 14h e teve o termino as 18h.

B - Quando da participação da empresa, ela mesma na sua leitura do Edital estava ciente do item 5.5 do Edital.

"Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando
responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas
pelo sistema ou de sua desconexão."

Portanto não cabe justificativa apresentada somente no dia posterior. Como artimanha de tentar ludibriar a equipe
de licitação a mesma empresa vem no dia posterior tentando criar uma narrativa no qual não se comprova como

verdadeira. O fato de estar com problemas de conexão não é justificativa para retorno ou desclassificação de empresa declarada vencedora.

Quanto a narrativa infundada na qual o produto ofertado pela empresa TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA não possuir cor vermelha de fábrica, cabe salientar que a Fábrica BRP CAN-AM tem a cor vermelha e quando o modelo não o tem, é possível fazer alteração da cor na própria concessionária, sem perda de garantias. Além do mais, a cor não descaracteriza o produto nem é fato relevante no qual não possa ser resolvido até a entrega.

Outro ponto no qual a empresa tenta no seu desespero, para justificar a sua ineficiência no trato do acompanhando do processo licitatório. Vem fomentar narrativa para indução de erro da equipe técnica, no sentido da não aceitação do atestado de capacidade técnica. O próprio edital menciona a similaridade dos produtos a serem contemplados para comprovação de fornecimento. No item 9.17.2.1 qual deverá ter produtos iguais ou correlatos, tais como Motor 4 tempo e transmissão 4x4. Portanto atendendo ao Edital a empresa juntou em sua comprovação objetos que superam o quantitativo de 20% solicitados. O fato de ser anexado fornecimento de UTV's é a sua similaridade comprovada com no mínimo motor 04 tempo e transmissão 4x4, como iremos demonstrar no comparativo abaixo. Estamos certos de atendimento integral da habilitação técnica e não ferindo nenhum ponto a solicitação do Edital.

Quadriciclo ATV e UTV: Semelhanças comprovadas:

O quadriciclo (ATV) e o UTV (Side-by-Side Vehicle) compartilham diversas características que os tornam compatíveis.

Desempenho e Segurança:

Potência e Velocidade: Ambos os veículos oferecem uma gama de opções de motorização, com potências e velocidades máximas semelhantes, variando de acordo com o modelo e cilindrada, motor 04 tempos em ambos.

Tração e Suspensão: Tanto o Quadriciclo (ATV) quanto o UTV possuem tração 4x4, com opção de bloqueio de diferencial, além de suspensão robusta para enfrentar terrenos acidentados.

Freios: Freios a disco nas rodas dianteiras e traseiras garantem a segurança em ambos os tipos de veículos.

Ergonomia: A posição de pilotagem ereta no Quadriciclo (ATV) e a posição semelhante a um carro no UTV proporcionam conforto para diferentes estilos de condução.

Assentos: Os assentos podem ser simples ou duplos em ambos os modelos, acomodando um ou mais passageiros.

Compartimento de Carga: Ambos oferecem capacidade de carga para transportar ferramentas, equipamentos e outros itens.

Versatilidade e Adaptabilidade:

Utilização: Quadriciclo (ATV) e UTVs são utilizados em diversas atividades, como trilhas off-road, trabalho em áreas rurais, transporte de pessoas e cargas, atividades de lazer, turismo, em atividades de monitoramento militares (praias e áreas remotas), transporte e auxílio a encalhe de embarcações.

Acessórios: Uma ampla variedade de acessórios está disponível para ambos os tipos de veículos, permitindo personalização e adaptação a diferentes necessidades.

Manutenção: A manutenção de ambos é relativamente simples, com peças e serviços de oficina facilmente acessíveis.

Compatibilidade e Interoperabilidade:

Peças e Acessórios: Muitos componentes e acessórios são compatíveis entre quadriciclos e UTVs, facilitando a personalização e reparos.

Reboque: Ambos os veículos podem rebocar carretas e trailers, expandindo a capacidade de transporte e carga.

Em suma:

As diferenças entre quadriciclo e UTV se resumem principalmente ao tamanho, formato e capacidade de carga. Em termos de desempenho, segurança, conforto, praticidade, versatilidade e compatibilidade, os dois tipos de veículos se mostram mais semelhantes.

Verifica-se que o produto ofertado pela empresa TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, atende plenamente o objeto solicitado no Edital Nº 10/2023 - CBMPA

Diante do exposto, não pode prosperar as narrativas e insinuações que não possuem dados concretos para gerar desclassificação da empresa TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.

Certos da imparcialidade e da decisão acertada do Sr Pregoeiro em manter a classificação da empresa TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.

Sem mais para o momento, pedimos deferimento.

Gustavo Souza Gugelmin

Sócio Proprietário
037.348.009-19

Fechar



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

DECISÃO RECURSO

Nº 003/2024

Referência: Pregão Eletrônico nº 010/2023 – SRP - CBMPA.

PAE nº: 2023/463968.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de salvamento em meio líquido: luva, capacete, óculos para moto aquática, bandeira de guarda-vidas, moto aquática e quadriciclo.

Empresa Solicitante: Agromax equipamentos agrícolas LTDA.

Pregoeiro(a): Sandro da Costa Tavares – MAJ QOBM.

Data do Certame: 15 de janeiro de 2024, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

3.1 Conforme consta em ATA da sessão pública:

Motivo/intenção: Ilustríssimo Sr. Pregoeiro, venho por meio deste registrar intenção de recurso, pois verifica-se que o produto pela TECMOTORS ofertado no pregão eletrônico não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital. Além disso, a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solicita o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos..

4. DAS RAZÕES DO RECURSO





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A Recorrente, Agromax Equipamentos Agrícolas LTDA, apresentou as suas razões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

5. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(..) Verifica-se que o produto ofertado pela TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital. Além disso, a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solicita o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos. Assim, constata-se a necessidade de desclassificação da arrematante TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, haja vista o descumprimento das exigências do Pregão Eletrônico no 10/2023.

6. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, Tecmotors Comércio de Peças Importação e Exportação LTDA, apresentou as suas contra razões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

7. DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, proposta da vencedora, edital e seus anexos, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente, a qual busca em suas razões requerer a desclassificação da empresa Tecmotors Comércio de Peças Importação e Exportação LTDA, temos a expor que para elucidação do fatos, no s debruçaremos sobre as principais alegações da recorrente, as quais seguem, em síntese:

(...) não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital.

A equipe de apoio aprovou a proposta da Recorrida após análise durante a fase de julgamento onde é descrito:

(...) Quadriciclo Outlander 500 com motor de 40HP e 650cc, monocilindrico com refrigeração líquida; injeção eletrônica; combustível gasolina; tração 2WD/4WD selecionável; pneus 25x8/10 x 12pol; rodas de liga leve aro 12; peso seco de 335,7;





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

capacidade de reboque de 830kg; capacidade de combustível de 19,5l; será entregue na cor vermelha com pintura feita dentro da concessionária autorizada, não causando ônus a originalidade do veículo.

E em diligência ao site <https://can-am.brp.com/off-road/br/pt/> da fabricante, ainda na fase de julgamento, foi constatado que a fábrica BRP CAN-AM possui quadriciclos na cor vermelha do modelo apresentado.

Seguindo as alegações da Recorrente:

(...) a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solicita o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos.

Quanto a aceitação do atestado de capacidade técnica da Recorrida, pelo quantitativo mínimo de 20% do total de 17 ter resultado em um número fracionário, onde seria aceito a quantidade de 3 quadriciclos. Além dos dois quadriciclos apresentados no Atestado de capacidade técnica emitido pela empresa Sud Comércio e Importação LTDA, foi analisado o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa FPS Comercial Importadora LTDA de três unidades de Polaris Ranger SP 570 premium, durante a fase de habilitação e diligenciado no site da fabricante <https://www.polarisdo brasil.com/atv-ranger/ranger/ranger-sp-570/>, constatado que se trata de um produto correlato possuindo motor 4 Tempos e transmissão 4x4, conforme preconizado em edital, além de transporte de pessoas e carga. Estando, dessa forma, apresentado Atestado de Capacidade Técnica no quantitativo acima dos 20% exigido em edital.

8. CONCLUSÃO

8.1. Diante do exposto **CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO TOTAL**, decidindo pela não procedência das razões apresentadas pela recorrente AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ 10.627.815/0002-30, para o item 06 do Edital do Pregão Eletrônico já qualificado nos autos, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa TECMOTORS COMÉRCIO DE PEÇAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 15.049.998/0001-96.



FL. Nº _____

Visto



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

8.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

8.3. É a decisão.

Belém-Pará, 11 de março de 2024.

Sandro da Costa Tavares – MAJ QOBM
Pregoeiro do PE nº 10/2023 – SRP - CBMPA



Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

DECISÃO RECURSO

Nº 003/2024

Referência: Pregão Eletrônico nº 010/2023 – SRP - CBMPA.

PAE nº: 2023/463968.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de salvamento em meio líquido: luva, capacete, óculos para moto aquática, bandeira de guarda-vidas, moto aquática e quadriciclo.

Empresa Solicitante: Agromax equipamentos agrícolas LTDA.

Pregoeiro(a): Sandro da Costa Tavares – MAJ QOBM.

Data do Certame: 15 de janeiro de 2024, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

3.1 Conforme consta em ATA da sessão pública:

Motivo/intenção: Ilustríssimo Sr. Pregoeiro, venho por meio deste registrar intenção de recurso, pois verifica-se que o produto pela TECMOTORS ofertado no pregão eletrônico não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital. Além disso, a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solicita o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos..

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente, Agromax Equipamentos Agrícolas LTDA, apresentou as suas razões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

5. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(...) Verifica-se que o produto ofertado pela TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital. Além disso, a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solicita o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos. Assim, constata-se a necessidade de desclassificação da arrematante TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, haja vista o descumprimento das exigências do Pregão Eletrônico no 10/2023.

6. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, Tecmotors Comércio de Peças Importação e Exportação LTDA, apresentou as suas contra razões via sistema dentro do prazo, a qual passará a compor os autos do processo.

7. DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, proposta da vencedora, edital e seus anexos, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente, a qual busca em suas razões requerer a desclassificação da empresa Tecmotors Comércio de Peças Importação e Exportação LTDA, temos a expor que para elucidação do fatos, no s debruçaremos sobre as principais alegações da recorrente, as quais seguem, em síntese:

(...) não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital.

A equipe de apoio aprovou a proposta da Recorrida após análise durante a fase de julgamento onde é descrito:

(...) Quadriciclo Outlander 500 com motor de 40HP e 650cc, monocilindrico com refrigeração líquida; injeção eletrônica; combustível gasolina; tração 2WD/4WD selecionável; pneus 25x8/10 x 12pol; rodas de liga leve aro 12; peso seco de 335,7; capacidade de reboque de 830kg; capacidade de combustível de 19,5l; será entregue na cor vermelha com pintura feita dentro da concessionária autorizada, não causando ônus a originalidade do veículo.

E em diligência ao site <https://can-am.brp.com/off-road/br/pt/> da fabricante, ainda na fase de julgamento, foi constatado que a fábrica BRP CAN-AM possui quadriciclos na cor vermelha do modelo apresentado.

Seguindo as alegações da Recorrente:

(...) a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solicita o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos.

Quanto a aceitação do atestado de capacidade técnica da Recorrida, pelo quantitativo mínimo de 20% do total de 17 ter resultado em um número fracionário, onde seria aceito a quantidade de 3 quadriciclos. Além dos dois quadriciclos apresentados no Atestado de capacidade técnica emitido pela empresa Sud Comércio e Importação LTDA, foi analisado o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa FPS Comercial Importadora LTDA de três unidades de Polaris Ranger SP 570 premium, durante a fase de habilitação e diligenciado no site da fabricante <https://www.polarisdobrasil.com/atv-ranger/ranger/ranger-sp-570/>, constatado que se trata de um produto correlato possuindo motor 4 Tempos e transmissão 4x4, conforme preconizado em edital, além de transporte de pessoas e carga. Estando, dessa forma, apresentado Atestado de Capacidade Técnica no quantitativo acima dos 20% exigido em edital.

8. CONCLUSÃO

8.1. Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO TOTAL, decidindo pela não procedência das razões apresentadas pela recorrente AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ 10.627.815/0002-30, para o item 06 do Edital do Pregão Eletrônico já qualificado nos autos, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa TECMOTORS COMÉRCIO DE PEÇAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 15.049.998/0001-96.

8.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

8.3. É a decisão.

Belém-Pará, 11 de março de 2024.

Sandro da Costa Tavares – MAJ QOBM

Pregoeiro do PE nº 10/2023 – SRP - CBMPA

Fechar



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
GABINETE DO COMANDO**

FL. Nº _____

Visto _____

DECISAO PE 10/2023/SRP/CBMPA - AUTORIDADE COMPETENTE

Orientado sobre os pontos que merecem destaque nestes autos, pelas razões, contrarrazões, decisão do pregoeiro, edital e seus anexos, referente ao recurso impetrado ao resultado do PE nº 010/2023 - SRP - CBMPA, cujo objeto é o **Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de salvamento em meio líquido: luva, capacete, óculos para moto aquática, bandeira de guarda-vidas, moto aquática e quadriciclo**, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados:

Aberta a sessão, processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa Agromax equipamentos agrícolas LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.627.815/0002-30, em face do julgamento de proposta e de habilitação, ao resultado proferido pelo pregoeiro substituto, o **MAJ QOBM Sandro** da Costa Tavares, responsável quando da aceitação de proposta da empresa Tecmotors Comércio de Peças Importação e Exportação LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.049.998/0001-96, para o Item 06 do certame supramencionado.

Analisando o caso, a recorrente requer:

(..) Verifica-se que o produto ofertado pela TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital. Além disso, a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solicita o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos. Assim, constata-se a necessidade de desclassificação da arrematante TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, haja vista o descumprimento das exigências do Pregão Eletrônico no 10/2023.

Dos autos, incluso a decisão do pregoeiro substituto, o **MAJ QOBM Sandro** da Costa Tavares, tem-se a recorrente reclamando por ter tido a proposta da recorrida aprovada, na fase de julgamento, e habilitada pelo pregoeiro substituto do pregão em comento. O motivador, foi o resultado do Parecer Técnico emitido pelo Comando Operacional do CBMPA acerca da análise da Proposta aprovada da Recorrida, alegando que a cor do item 06 não vem de fábrica e o quantitativo apresentado em atestado de capacidade técnica não atende o edital.

FL. Nº _____
Visto _____



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Nestes termos, inicialmente há de se frisar que este ordenador vislumbra legalidade nos fatos, e considera ainda a oferta à recorrida da oportunidade para manifestação ainda na fase recursal.

Dito isto, ciente que a solicitação de Pareceres aos setores técnicos constitui meio legal para subsidiar a decisão daquele que tem a incumbência de decidir. E, o que temos neste caso concreto é a recorrente requerendo efeito para a desclassificação da recorrida, o que não merece prosperar, vejamos:

- O pregoeiro substituto, concordou com o parecer do setor técnico e julgou, corretamente, que a proposta apresentada para o objeto do item 6 da ampla concorrência atendia às especificações do edital, o qual foi descrito na proposta apresentada pela recorrida:

(...)

Quadriciclo Outlander 500 com motor de 40HP e 650cc, monocilindrico com refrigeração líquida; injeção eletrônica; combustível gasolina; tração 2WD/4WD selecionável; pneus 25x8/10 x 12pol; rodas de liga leve aro 12; peso seco de 335,7; capacidade de reboque de 830kg; capacidade de combustível de 19,5l; **será entregue na cor vermelha** com pintura feita dentro da concessionária autorizada, não causando ônus a originalidade do veículo.

(...)

Por fim, cabe-nos adentrar ao último ponto que merece destaque, quanto a aceitação dos atestados de capacidade técnica, após constatação do quantitativo de 2 quadriciclos CAN-AM Outlander Max XT 850 e 3 Polaris Ranger SP 570 premium, produto correlato apresentando características descritas em edital de possuir motor 4T e transmissão 4X4.

Nestes, concordamos que não constam nenhuma ilegalidade na habilitação da recorrida quanto a análise dos atestados de capacidade técnica apresentados.

CONCLUSÃO

Diante do exposto **CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO TOTAL**, decidindo pela **IMPROCEDÊNCIA TOTAL** das razões apresentadas pela recorrente AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 10.627.815/0002-30 e, que **MANTÉM** a decisão do Pregoeiro que **ACEITOU** e **HABILITOU** a empresa TECMOTORS COMÉRCIO DE PEÇAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, INSCRITA NO



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
GABINETE DO COMANDO**

FL. Nº _____

Visto

CNPJ Nº 15.049.998/0001-96, para o Item 06 do Edital do PE nº 010/2023 – SRP -
CBMPA

1.1. É a decisão.

Belém-Pará, 12 de março de 2024.

JAYME DA AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

DECISAO PE 10/2023/SRP/CBMPA - AUTORIDADE COMPETENTE

Orientado sobre os pontos que merecem destaque nestes autos, pelas razões, con-trarrazões, decisão do pregoeiro, edital e seus anexos, referente ao recurso impetrado ao resultado do PE nº 010/2023 - SRP - CBMPA, cujo objeto é o Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de salvamento em meio líquido: luva, capacete, óculos para moto aquática, bandeira de guarda-vidas, moto aquática e quadriciclo, inici-almente cabe citar os atos até aqui consignados:

Aberta a sessão, processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa Agromax equipamentos agrícolas LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.627.815/0002-30, em face do julgamento de proposta e de habilitação, ao resultado proferido pelo pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Sandro da Costa Tavares, responsável quando da aceitação de proposta da empresa Tecmotors Comércio de Peças Importação e Exportação LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.049.998/0001-96, para o Item 06 do certame supramencionado.

Analisando o caso, a recorrente requer:

(...) Verifica-se que o produto ofertado pela TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA não possui cor vermelha de fábrica, conforme solicitado no Termo de Referência do Edital. Além disso, a empresa apresenta um atestado de capacidade técnica com apenas 2 quadriciclos, onde o item 9.17.2.1 do Edital solici-ta o atestado com fornecimento de, pelo menos, 20%. E os demais citam utilitários e não especificamente quadriciclos. Assim, constata-se a ne-cessidade de desclassificação da arrematante TECMOTORS COMER-CIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, haja vista o descumprimento das exigências do Pregão Eletrônico no 10/2023.

Dos autos, incluso a decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Sandro da Costa Tavares, tem-se a recorrente reclamando por ter tido a proposta da recorrida aprovada, na fase de julgamento, e habilitada pelo pregoeiro substituto do pregão em comento. O motivador, foi o resultado do Parecer Técnico emitido pelo Comando Operacional do CBMPA acerca da análise da Proposta aprovada da Recorrida, alegando que a cor do item 06 não vem de fábrica e o quantitativo apresentado em atestado de capacidade técnica não atende o edital.

Nestes termos, inicialmente há de se frisar que este ordenador vislumbra legalidade nos fatos, e considera ainda a oferta à recorrida da oportunidade para manifestação ainda na fase recursal.

Dito isto, ciente que a solicitação de Pareceres aos setores técnicos constitui meio legal para subsidiar a decisão daquele que tem a incumbência de decidir. E, o que temos neste caso concreto é a recorrente requerendo efeito para a desclassificação da recorrida, o que não merece prosperar, vejamos:

- O pregoeiro substituto, concordou com o parecer do setor técnico e julgou, corretamente, que a proposta apresentada para o objeto do item 6 da ampla concorrência atendia às especificações do edital, o qual foi descrito na proposta apresentada pela recorrida:

(...)

Quadriciclo Outlander 500 com motor de 40HP e 650cc, monocilindrico com refrigeração líquida; injeção eletrônica; combustível gasolina; tração 2WD/4WD selecionável; pneus 25x8/10 x 12pol; rodas de liga leve aro 12; peso seco de 335,7; capacidade de reboque de 830kg; capacidade de combustível de 19,5l; será entregue na cor vermelha com pintura feita dentro da concessionária autorizada, não causando ônus a originalidade do veículo.

(...)

Por fim, cabe-nos adentrar ao último ponto que merece destaque, quanto a aceitação dos atestados de capacidade técnica, após constatação do quantitativo de 2 quadriciclos CAN-AM Outlander Max XT 850 e 3 Polaris Ranger SP 570 premium, produto correlato apresentando características descritas em edital de possuir motor 4T e transmissão 4X4.

Nestes, concordamos que não constam nenhuma ilegalidade na habilitação da recorrida quanto a análise dos atestados de capacidade técnica apresentados.

CONCLUSÃO

Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO TOTAL, decidindo pela IMPROCEDÊNCIA TOTAL das razões apresentadas pela recorrente AGROMAX EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 10.627.815/0002-30 e, que MANTÉM a decisão do Pregoeiro que ACEITOU e HABILITOU a empresa TECMOTORS COMÉRCIO DE PEÇAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 15.049.998/0001-96, para o Item 06 do Edital do PE nº 010/2023 – SRP - CBMPA

1.1. É a decisão.

Belém-Pará, 12 de março de 2024.

JAYME DA AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Fechar